

Brasil pede que bancos

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, informou ontem que o Governo brasileiro solicitou aos bancos credores da dívida externa do País a liberação das parcelas restantes do Projeto I (novos empréstimos em moeda no valor de US\$ 4,4 bilhões), antes mesmo da aprovação formal do novo acordo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), prevista para setembro.

O Governo quer antecipar os recursos para contornar as dificuldades de liquidez que enfrenta, acumulando atrasos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, informou Langoni. Sem esta antecipação, o País estará na contingência de só contar com recursos externos consideráveis, incluindo as parcelas devidas pelo FMI e o novo empréstimo-jumbo de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões, a partir do último trimestre do ano.

Os recursos desembolsados até agora no Projeto I, assinado em fevereiro deste ano, foram de US\$ 2,5 bilhões, restando, portanto, US\$ 1,9 bilhão a serem desembolsados em três parcelas de US\$ 635 milhões. Os

bancos credores, entretanto, retiveram a parcela a ser paga no dia 31 de maio, condicionando-a à conclusão da nova renegociação do acordo entre o Brasil e o FMI.

'COINCIDÊNCIA NATURAL'

Carlos Langoni sugeriu ao comitê de assessoramento constituído pelos bancos credores, em reunião realizada no dia 21, que aceite como garantia o pronunciamento informal sobre o acordo que o Governo brasileiro aguarda do Diretor-Gerente da instituição, Jacques de Larosière, daqui a duas ou três semanas.

— Queremos que eles concordem em liberar os recursos apenas com o telex do Diretor-Gerente confirmando que a nova carta de intenções foi aceita — explicou Langoni.

O ritual adotado pelo FMI, como chamou Langoni, determina que a renegociação do acordo com o Brasil se poderá ser considerada aprovada após a análise do relatório oficial dos técnicos da missão pelo Conselho Diretor do Fundo, o que não ocorrerá antes de setembro.

O prazo de tramitação do novo acordo no FMI fará com que a aprovação formal da renegociação não ocorra antes que o Congresso Nacional se pronuncie sobre o decreto-lei que limitou a 80 por cento do INPC os reajustes salariais. Langoni evitou, na entrevista concedida ontem, condicionar a decisão do FMI à aprovação do Decreto-Lei 2.045, preferindo falar em "coincidência natural" dos prazos necessários ao exame das duas questões.

Além de definir junto ao comitê de assessoramento dos bancos credores que os recursos adicionais serão analisados para um período de 18 meses, o Presidente do Banco Central informou que foi acertado que esses recursos serão de longo prazo, num período mínimo de oito anos. Também foi definido, no último encontro em Nova York, que serão estabilizados os níveis de depósitos nos projetos III, de linhas comerciais, e IV, de interbancário, atualmente em torno de US\$ 6,2 bilhões, depois de um montante de US\$ 5,9 bilhões registrado no último dia 21 de junho.